

Argo IX Transmissão

de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
do exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balço patrimonial regulatório	7
Demonstrações do resultado regulatórias	8
Demonstrações do resultado abrangente regulatórias	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	10
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Administradores da
Argo IX Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Argo IX Transmissão de Energia S.A., com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argo IX Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Argo IX Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Argo IX Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de janeiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.567	16.081	Fornecedores	13	436	2.310
Títulos e valores mobiliários	7.1	36.602	24.056	Encargos sociais e trabalhistas	14	200	-
Concessionárias e permissionárias	8	23.543	19.901	Imposto de renda e contribuição social		-	1.682
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	5.536	5.750	Obrigações tributárias	15	3.835	1.635
Tributos a compensar		557	47	Obrigações regulatórias	16	1.941	1.229
Despesas pagas antecipadamente	9	45	388	Dividendos a pagar		15.393	-
Outros Ativos		4.552	755	Contas a pagar - partes relacionadas	18	662	702
Total do ativo circulante		77.402	66.978	Empréstimos e Financiamentos	17	37.273	35.381
				Outros passivos		11.197	-
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		70.937	42.939
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	19.013	19.805	NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.2	16.380	18.022	Empréstimos e Financiamentos	17	819.091	815.317
Almoxarifado		821	-	Total do passivo não circulante		819.091	815.317
Imobilizado	11	846.206	870.504	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	12	3.562	3.562	Capital social	19	172.750	172.750
Total do ativo não circulante		885.982	911.893	Reserva de lucros	19	376.294	407.250
				Prejuízos acumulados	19	(496.895)	(459.385)
				Dividendos adicionais propostos	19	21.207	-
				Total do patrimônio líquido		73.356	120.615
TOTAL DO ATIVO		963.384	978.871	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		963.384	978.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
OPERAÇÃO EM CONTINUIDADE			
Disponibilização do sistema de transmissão	20	193.690	184.683
RECEITA BRUTA		<u>193.690</u>	<u>184.683</u>
TRIBUTOS			
(-) PIS sobre faturamento	20	(3.296)	(3.047)
(-) COFINS sobre faturamento	20	(15.181)	(14.036)
ENCARGOS - PARCELA "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	20	(703)	(667)
FNDCT	20	(680)	(668)
MME	20	(351)	(334)
TFSEE	20	(734)	(694)
RECEITA LÍQUIDA		<u>172.745</u>	<u>165.237</u>
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"			
Serviços de terceiros	21	(8.902)	(9.014)
Materiais	21	(51)	-
Arrendamentos e aluguéis	21	(318)	(11)
Pessoal e administradores	21	(4.918)	(3.101)
Tributos	21	(33)	499
Seguros	21	(158)	-
Depreciação e amortização	21	(25.409)	(25.117)
Gastos diversos	21	(281)	(744)
RESULTADO DA ATIVIDADE		<u>132.675</u>	<u>127.749</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>132.675</u>	<u>127.749</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	10.565	8.908
Despesas financeiras	22	(79.835)	(91.595)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>63.405</u>	<u>45.062</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	23.1	(3.597)	(1.684)
Diferido	23.1	(1.642)	(622)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>58.166</u>	<u>42.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>58.166</u>	<u>42.756</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>58.166</u>	<u>42.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva		Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		172.750	20.436		386.706	-	(427.064)	152.828
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.756	42.756
Dividendos pagos		-	-	-	(58.712)	-	-	(58.712)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	(16.288)	(16.288)
Constituição de reserva legal	19	-	3.755	-	-	-	(3.755)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19	-	-	6.659	-	-	(6.659)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	-	-	-	48.406	-	(48.375)	31
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		172.750	24.191	6.659	376.400	-	(459.385)	120.615
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	58.166	58.166
Constituição de reserva legal	19	-	5.409	-	-	-	(5.409)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19	-	-	14.402	-	-	(14.402)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	(884)	(884)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19	-	-	-	66.270	-	(66.270)	-
Dividendos intermediários	19	-	-	-	(104.509)	-	-	(104.509)
Dividendos adicionais propostos	19	-	-	-	-	21.207	(21.239)	(32)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		172.750	29.600	21.061	338.161	21.207	(509.423)	73.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ARGO IX TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		58.166	42.756
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	1.642	622
Amortização dos custos de transação	17	832	727
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	22	(11.003)	(8.908)
Depreciação e Amortização	21	25.409	25.117
Juros e variação sobre empréstimos	17	78.613	89.988
Caixa gerado pelas operações		153.659	150.302
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	8	(3.642)	2.417
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	214	-
Tributos a compensar		(510)	1.127
Despesas pagas antecipadamente	9	343	(388)
Outros ativos		(3.797)	(540)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	(1.874)	1.608
Imposto de renda e contribuição social		1.562	(1.500)
Encargos sociais e trabalhistas	14	200	-
Obrigações tributárias	15	2.200	(51)
Obrigações regulatórias	16	712	484
Contas a pagar - partes relacionadas	18	(40)	83
Outros passivos		11.197	(305)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.244)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		156.980	153.237
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(1.962)	(821)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	7.1	(136.755)	14.275
Resgates em Títulos e valores mobiliários	7.1	132.784	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(5.933)	13.454
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(90.000)	(73.207)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(16.288)
Pagamento de juros de empréstimos	17	(38.436)	(38.300)
Pagamento principal de empréstimos	17	(35.342)	(33.160)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	(399)	(1.688)
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7.2	3.616	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(160.561)	(162.643)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.514)	4.048
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	6.567	16.081
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	16.081	12.033
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.514)	4.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo IX Transmissão de Energia S.A (a seguir designada “Companhia” ou “Argo IX”), cuja denominação anterior era Veredas Transmissora de Eletricidade S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 29 de julho de 2022, a Argeb Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Argo IX Transmissão de Energia S.A.

Em 30 de Novembro de 2022, a Companhia teve suas ações transferidas para a ARGEB. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A ARGEB Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia e garantirá os aportes de capital necessários para realizar os investimentos e pagamentos a credores.

1.1 Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1 - 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kV Arinos.
- Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021). A Companhia tem um investimento total de aproximadamente R\$ 920.000.
- A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 (valor histórico), e atualizada para R\$ 181.441 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IX.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O empreendimento, construído e operado pela Argo IX Transmissora de Eletricidade S.A., possui um único processo licenciado na esfera federal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Percorre os Estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais e consta nas seguintes partes: Linha de Transmissão, em 500 kV, Rio das Éguas - Arinos 2 - Pirapora 2 e Subestações Associadas. Essa LT possui 435,30km de extensão e está intercepta 14 (quatorze) municípios.

- Licença de Operação nº 1586/2020, obtida em 05 de novembro de 2020 e válida por 04 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção de licenças, são necessárias autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo “IASB – *International Accounting Standards Board*”.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 26.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2024.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- **Avaliação de instrumentos financeiros** – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis** – A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

4.5 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso de transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

5 Políticas contábeis significativas

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), que sofreu uma revisão em 2021 e trouxe as seguintes alterações:

- a) **Mudanças na aplicação de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)**
 - (i) CPC 06 – Arrendamentos: aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia.
 - (ii) CPC 47 – PECLD - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: mudança na matriz da PECLD que deixa de ser uma matriz fixa e passa a ser histórica conforme previsto neste CPC.
- b) Fornecedores: A contabilização da compra de energia referente a variação cambial de Itaipu que anteriormente era reconhecida na Despesa Financeira e passará a ser contabilizado no grupo de Compra de Energia.
- c) Pessoal – Estagiários: as contabilizações de estagiários e programas de iniciação ao trabalho passam a ser contabilizadas no grupo de pessoal.
- d) Imobilizado: abertura do grupo de contas para apuração dos ganhos na alienação de bens reversíveis e não reversíveis.
- e) Outros grupos de contas tiveram alterações para melhor apresentação do BMP, como: abertura do grupo de encargos setoriais a compensar para P&D e PEE; ativo e passivo financeiro setoriais; contingências; imobilizado; base de cálculo das obrigações legais de investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética – EE.

A Administração avaliou as mudanças acima e não identificou mudanças relevantes.

5.1 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação – itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia considera o valor contábil residual, sem os efeitos do valor novo de reposição (VNR), pois para fins de indenização ao final da concessão o cálculo do ativo de contrato da concessão na contabilidade societária tem saldo zero ao final do fluxo de investimento e recebimento da concessão, e não há efeito de cálculo de correção do custo pelo valor novo de reposição (VNR).

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.2 Intangível

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização – a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.4 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5.1 Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

5.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.5.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Fundo vinculado – Caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

5.6 Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“*impairment*”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

5.8 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

5.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

5.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e depósitos bancários	6.567	16.081
Total	<u>6.567</u>	<u>16.081</u>

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	36.602	24.056
Total	<u>36.602</u>	<u>24.056</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 107,05% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do

Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2023 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da administração na utilização desses recursos.

7.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta Reserva **	19.013	19.805
Total	<u>19.013</u>	<u>19.805</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

8 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	23.543	19.901
Total	<u>23.543</u>	<u>19.901</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	16.763	17.497
Títulos vencidos em até 30 dias	1.115	-
Títulos vencidos em até 90 dias	2.069	1.076
Títulos vencidos há mais de 90 dias	3.596	1.328
	<u>23.543</u>	<u>19.901</u>

9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar *	45	388
Total	<u>45</u>	<u>388</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 25.

10 Imposto de renda e contribuição social a compensar

O detalhamento do montante para 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se logo abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.536	5.750
Total	<u>5.536</u>	<u>5.750</u>

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	894.800	-	-	-	-	894.800	-	(50.556)	844.244	869.683	-	-	-
Terrenos	4.165	-	-	-	-	4.165	-	-	4.165	4.165	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	100.754	-	-	-	-	100.754	-	(6.661)	94.093	97.565	-	-	-
Máquinas e equipamentos	789.881	-	-	-	-	789.881	-	(43.895)	745.986	767.953	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	71	-	-	-	71	71	-	71	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	71	-	-	-	71	71	-	71	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	894.800	71	-	-	-	894.871	71	(50.556)	844.315	869.683	-	-	-
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	821	1.891	-	(821)	-	1.891	1.070	-	1.891	821	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	531	-	-	-	531	531	-	531	-	-	-	-
Outros	821	1.360	-	(821)	-	1.360	539	-	1.360	821	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	821	1.891	-	(821)	-	1.891	1.070	-	1.891	821	-	-	-
Total do ativo imobilizado	895.621	1.962	-	(821)	-	896.762	1.141	(50.556)	846.206	870.504	-	-	-

Argo IX Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	894.800	-	-	-	-	894.800	-	(25.117)	869.683	-	-	-	-
Terrenos	4.165	-	-	-	-	4.165	-	-	4.165	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	100.754	-	-	-	-	100.754	-	(3.189)	97.565	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	789.881	-	-	-	-	789.881	-	(21.928)	767.953	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	894.800	-	-	-	-	894.800	-	(25.117)	869.683	-	-	-	-
-													
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações Especiais líquidas
Transmissão	11	821	(11)	-	-	821	810	-	821	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	11	821	(11)	-	-	821	810	-	821	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	11	821	(11)	-	-	821	810	-	821	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	894.811	821	(11)	-	-	895.621	810	(25.117)	870.504	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	546	-	-	-	-	546	-	-	546	546
Servidões	546	-	-	-	-	546	-	-	546	546
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	546	-	-	-	-	546	-	-	546	546
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão	3.016	-	-	-	-	3.016	-	-	3.016	3.016
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.016	-	-	-	-	3.016	-	-	3.016	3.016
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.016	-	-	-	-	3.016	-	-	3.016	3.016
Total do ativo Intangível	3.562	-	-	-	-	3.562	-	-	3.562	3.562

Argo IX Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	-	-	-	546	-	546	-	-	546	-
Servidões	-	-	-	546	-	546	-	-	546	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	546	-	546	-	-	546	-
Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão	3.562	-	-	(546)	-	3.016	-	-	3.016	3.562
Softwares	546	-	-	(546)	-	-	-	-	-	546
Outros	3.016	-	-	-	-	3.016	-	-	3.016	3.016
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.562	-	-	(546)	-	3.016	-	-	3.016	3.562
Total do ativo Intangível	3.562	-	-	-	-	3.562	-	-	3.562	3.562

13 Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	436	2.310
Total	<u>436</u>	<u>2.310</u>

14 Encargos Sociais e Trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de bônus	82	-
Provisão de férias	53	-
Encargos trabalhistas	65	-
Total	<u>200</u>	<u>-</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e COFINS	3.233	1.484
ISS de terceiros	295	149
Outros tributos	307	2
Total	<u>3.835</u>	<u>1.635</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	1.702	1.084
Encargos regulatórios a recolher	239	145
Total	<u>1.941</u>	<u>1.229</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal + juros - longo prazo	Total
1.522	35.751	819.091	856.364

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Saldo final 31/12/2021	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2022	Juros e variação monetária	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Custo de transação	Saldo final 31/12/2023
849.300	89.988	(33.160)	(38.300)	(17.130)	850.698	78.613	(35.342)	(38.436)	831	856.364
849.300	89.988	(33.160)	(38.300)	(17.130)	850.698	78.613	(35.342)	(38.436)	831	856.364

Em 11 de julho de 2019, a Argo IX firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$699.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Até 16 de março de 2021, o total captado é de R\$691.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,53% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A e B serão pagos em 262 (duzentos e sessenta e duas) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de junho de 2043.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	10/10/2019	Fiança	TJLP	1,92%	15/04/2024	Mensal	15/04/2024	15/06/2043	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
2025	37.250
2026	37.943
2027	38.667
2028 em diante	<u>705.231</u>
Total	<u>819.091</u>

Garantias

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

17.1 Dívida líquida

	<u>Nota</u>	<u>Juros de curto prazo</u>	<u>Principal de curto prazo</u>	<u>Custo transação a amortizar CP</u>	<u>Principal e juros de LP</u>	<u>Custo transação a amortizar LP</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos	17	1.522	36.587	(836)	834.553	(15.462)	856.364	850.698
Ativos Financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	6	-	6.567	-	-	-	6.567	16.081
Fundo vinculado - caixa restrito	7.1	-	-	-	19.013	-	19.013	19.805
Títulos e valores mobiliários	7.2	-	36.602	-	-	-	36.602	24.056
Dívida Líquida		1.522	(6.582)	(836)	815.540	(15.462)	794.182	790.756

18 Partes relacionadas

O saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 662 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo I Transmissão de Energia S.A	31/07/2024	662	702	(4.525)	(702)
Total		662	702	(4.525)	(702)

18.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

19 Patrimônio líquido

Através do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022, ficou consignado a aprovação de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário do Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 172.750 (cento e setenta e dois milhões, setecentos e cinquenta), dividido em 172.750.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	172.750.000	100%	172.750.000	100%

19.1 Reservas de lucros

19.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

19.1.2 Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 66.270 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

19.1.3 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0300/2023 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 06 de dezembro de 2023 foi garantido à Argo IX Transmissão de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031.

19.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>108.172</u>	<u>75.108</u>
Reserva legal - (5%)	(5.409)	(3.755)
Reserva de incentivos fiscais	<u>(14.402)</u>	<u>(6.659)</u>
Lucro líquido ajustado	88.361	64.694
Dividendos mínimos obrigatórios	883	-
Dividendos adicionais propostos	21.206	-
Reservas de lucros	66.272	48.406
Juros sobre capital próprio	-	16.288

20 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização do sistema de transmissão	188.956	175.545
Receita Despacho 1844/17	4.734	9.138
Receita bruta	<u>193.690</u>	<u>184.683</u>
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(18.477)	(17.083)
(-) Encargos regulatórios	<u>(2.468)</u>	<u>(2.363)</u>
Receita líquida	<u>172.745</u>	<u>165.237</u>

21 Custos e despesas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(4.918)	(3.101)
Materiais	(51)	-
Serviços de terceiros	(8.902)	(9.014)
Arrendamentos e aluguéis	(318)	(11)
Depreciação e Amortização	(25.409)	(25.117)
Seguros	(158)	-
Tributos	(33)	499
Gastos diversos	(281)	(744)
Total	(40.070)	(37.488)

22 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	11.003	9.327
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(512)	(433)
Outras receitas financeiras	74	14
Total	10.565	8.908
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(2)	(150)
Juros e variação monetária	(78.613)	(89.988)
Outras despesas financeiras	(1.220)	(1.457)
Total	(79.835)	(91.595)
Resultado financeiro líquido	(69.270)	(82.687)

23 Imposto de renda e contribuição social

23.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	63.405	45.062
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(21.558)	(15.321)
Benefício fiscal	14.454	6.659
Prejuízo fiscal e base negativa	1.542	-
Juros sobre capital próprio	-	5.538
Adições e exclusões permanentes	323	818
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(1.642)	(622)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(3.597)	(1.684)
Alíquota efetiva	8%	5%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

23.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.644	-	18.644
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	8.884		8.884
Compensação do prejuízo fiscal	(9.506)		(9.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.022	-	18.022
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal	(893)		(893)
Ajuste de diferido com base em exercícios anteriores	(749)		(749)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.380	-	16.380

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	7.1	2	36.602	24.056	36.602	24.056
Fundos vinculados – caixa restrito	7.2	2	19.013	19.805	19.013	19.805
Total			55.615	43.861	55.615	43.861
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	6.567	16.081	6.567	16.081
Concessionárias e permissionárias	8	2	23.543	19.901	23.543	19.901
Outros ativos		2	4.552	755	4.552	755
Total Ativo			34.662	36.737	34.662	36.737
Passivos financeiros:						
Outros passivos financeiros:						
Fornecedores	13	2	436	2.310	436	2.310
Contas a pagar - partes relacionadas	19	2	662	702	662	702
Empréstimos e Financiamentos	18	2	856.364	850.698	856.364	850.698
Outros passivos			11.197	-	11.197	-
Total Passivo			868.659	853.710	868.659	853.710

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um

grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

24.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

24.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 23.543 (R\$ 19.901 em 31 de dezembro de 2022).

24.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

24.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica

aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

24.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	436	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	37.273	37.250	37.943	743.898
Total	37.709	37.250	37.943	743.898

24.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	6.567	765	574	383
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	36.602	4.264	3.198	2.132
Fundos Vinculados – Caixa restrito	Redução do CDI	19.013	2.215	1.661	1.108
Instrumentos financeiros ativos		62.182	7.244	5.433	3.623
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	856.364	33.398	25.049	16.699
Instrumentos financeiros passivos		856.364	33.398	25.049	16.699

25 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

26 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

26.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

		31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.567	-	6.567	16.081	-	16.081
Títulos e valores mobiliários	7.1	36.602	-	36.602	24.056	-	24.056
Concessionárias e permissionárias	8	23.543	-	23.543	19.901	-	19.901
Despesas pagas antecipadamente	9	45	-	45	388	-	388
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	5.536	-	5.536	5.750	-	5.750
Outros tributos a compensar		557	-	557	47	-	47
Outros ativos		4.552	-	4.552	1.577	(822)	755
Ativo da concessão	28.3	201.494	(201.494)	-	193.099	(193.099)	-
Total do ativo circulante		278.896	(201.494)	77.402	260.899	(193.921)	66.978
NÃO CIRCULANTE							
Ativo da concessão	28.3	1.611.795	(1.611.795)	-	1.559.498	(1.559.498)	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	7.2	19.013	-	19.013	19.805	-	19.805
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	16.380	16.380	-	18.022	18.022
Estoque - almoxarifado		821	-	821	-	-	-
Imobilizado	11	67	846.139	846.206	-	870.504	870.504
Intangível	12	-	3.562	3.562	-	3.562	3.562
Total do ativo não circulante		1.631.696	(745.714)	885.982	1.579.303	(667.410)	911.893
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.910.592	(947.208)	963.384	1.840.202	(861.331)	978.871

Argo IX Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	436	-	436	2.310	-	2.310
Encargos sociais e trabalhistas	14	200	-	200	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	15	-	-	-	1.682	-	1.682
Empréstimos e Financiamentos	17	37.273	-	37.273	35.381	-	35.381
Obrigações tributárias	16	3.835	-	3.835	1.635	-	1.635
Obrigações regulatórias	16	1.941	-	1.941	1.229	-	1.229
PIS e COFINS diferidos	26	18.638	(18.638)	-	17.862	(17.862)	-
Dividendos a pagar		15.393	-	15.393	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18	662	-	662	702	-	702
Outros passivos		11.197	-	11.197	-	-	-
Total do passivo circulante		89.575	(18.638)	70.937	60.801	(17.862)	42.939
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	17	819.091	-	819.091	815.317	-	815.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos		270.056	(270.056)	-	239.831	(239.831)	-
PIS e COFINS diferidos		149.091	(149.091)	-	144.253	(144.253)	-
Total do passivo não circulante		1.238.238	(419.147)	819.091	1.199.401	(384.084)	815.317
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	19	172.750	-	172.750	172.750	-	172.750
Reservas de lucros		388.822	(12.528)	376.294	407.250	(12.528)	394.722
Prejuízos acumulados		-	(496.895)	(496.895)	-	(446.857)	(446.857)
Dividendos adicionais propostos		21.207	-	21.207	-	-	-
Total do patrimônio líquido		582.779	(509.423)	73.356	580.000	(459.385)	120.615
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.910.592	(947.208)	963.384	1.840.202	(861.331)	978.871

26.2 Demonstração do Resultado Societário e Regulatório

Nota	31/12/2023			31/12/2022			
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório	
Operações em continuidade							
Receitas							
Disponibilização do sistema de transmissão	20	-	193.690	193.690	-	184.683	184.683
Receita de remuneração do ativo de contrato		242.404	(242.404)	-	135.546	(135.546)	-
Receita de operação e manutenção		14.438	(14.438)	-	7.045	(7.045)	-
Parcela Variável e outras deduções		(235)	235	-	-	-	-
Ganho de eficiência		-	-	-	62.610	(62.610)	-
Outras Receitas		(2.227)	2.227	-	(237)	237	-
Tributos							
(-) PIS/COFINS Diferidos		(5.614)	5.614	-	(1.948)	1.948	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	20	(18.477)	-	(18.477)	(17.083)	-	(17.083)
Encargos – Parcela “A”							
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	20	(703)	-	(703)	(667)	-	(667)
F.N.D.C.T.	20	(680)	-	(680)	(668)	-	(668)
M.M.E..	20	(351)	-	(351)	(334)	-	(334)
TFSEE.	20	(734)	-	(734)	(694)	-	(694)
RECEITA LÍQUIDA		227.821	(55.076)	172.745	183.570	(18.333)	165.237
Custos gerenciáveis – Parcela “B”							
Serviços de terceiros	21	(8.902)	-	(8.902)	(9.014)	-	(9.014)
Materiais		(51)	-	(51)	-	-	-
Seguros		(158)	-	(158)	-	-	-
Arrendamento e aluguéis		(318)	-	(318)	(11)	-	(11)
Pessoal		(4.918)	-	(4.918)	(3.101)	-	(3.101)
Tributos		(33)	-	(33)	499	-	499
Depreciação e Amortização		-	(25.409)	(25.409)	-	(25.117)	(25.117)
Outros		(286)	5	(281)	(701)	(43)	(744)
Custo de construção		(1.890)	1.890	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE		211.265	(78.590)	132.675	171.242	(43.493)	127.749
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	22	10.565	-	10.565	8.908	-	8.908
Despesas financeiras	22	(79.835)	-	(79.835)	(91.595)	-	(91.595)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		141.995	(78.590)	63.405	88.555	(43.493)	45.062
Despesas com impostos sobre os lucros							
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	23	(3.597)	-	(3.597)	(1.684)	-	(1.684)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	23	(30.226)	28.584	(1.642)	(11.763)	11.141	(622)
Resultado líquido das operações em continuidade		108.172	(50.006)	58.166	75.108	(32.352)	42.756

26.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

26.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

26.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

26.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	582.779	580.000
Ativo de Contrato (CPC 47)	(1.813.289)	(1.752.597)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	849.701	874.066
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	286.436	257.853
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	167.729	162.115
Outros Ativos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	-	(822)
Patrimônio líquido regulatório	73.356	120.615

26.3.4 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

26.3.5 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1)

26.3.6 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

26.3.7 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.2, conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de “Custos operacionais”.

26.3.8 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 27.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, consequentemente, em despesas com depreciação/amortização.

26.3.9 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido societário	108.172	75.108
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(60.690)	(20.281)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	5.614	1.948
Custos operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.895	(43)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	28.584	11.141
Depreciação regulatória (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(25.409)	(25.117)
Lucro líquido regulatório	58.166	42.756

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O